

# Orçamento Denúncia incômoda

CORREIO BRAZILIENSE

Tarcísio Holanda

16 JUN 1992

O senador Eduardo Matarrazo Suplicy (PT-SP) faz pronunciamento, hoje, da tribuna do Senado, para revelar que o relator-geral do Orçamento de 1992, o deputado e hoje ministro da Ação Social, Ricardo Fiuza, enxertou mais de 600 emendas à Lei de Meios, a seu talento e arbítrio, utilizando-se de uma autorização que recebeu "apenas para corrigir eventuais erros de redação e outras imperfeições no texto".

A revelação do senador petista de São Paulo é fruto de uma investigação que levou dois meses, a qual se tornou possível graças à ordem do presidente do Senado, Mauro Benevides, para que o Prodasen auxiliasse Suplicy no levantamento. O próprio senador está enviando ofício ao presidente do Senado e do Congresso, com outras assinaturas eminentes, solicitando a apuração das responsabilidades para as "medidas cabíveis".

À boca pequena, o que se diz no Congresso é que o procedimento de Ricardo Fiuza não é inédito. Trata-se de algo que já ocorreu no parlamento muitas vezes. Para o senador paulista, a frequência com que se comete um erro não elide o erro. Continua a ser um erro que deve ser reprimido com todo o rigor. Aceitar-se o contrário seria ficar calado diante da substituição das deliberações do plenário do Congresso por decisões tomadas à sua revelia pelos relatores das comissões técnicas.

Suplicy está disposto a levar adiante sua batalha por maior transparência na elaboração do Orçamento, sobre a qual pesam tantas e justificadas suspeitas de tráfico de influência e até de corrupção. O Pedro Simon (PMDB-RS), uma das figuras mais conceituadas no Senado, decidiu subscrever também o ofício que Eduardo Suplicy está enviando ao presidente do Congresso, Mauro

Benevides, solicitando a apuração de responsabilidade "para a aplicação das medidas cabíveis".

O senador paulista não parece nem um pouco abalado com os ataques pessoais que o deputado Ricardo Fiuza tem desferido contra ele, embora disposto a defender sua integridade moral. O que interessa a Suplicy é que o desempenho de Fiuza, como relator-geral do Orçamento deste ano, seja apurado em toda a sua extensão, para que não pareça qualquer dúvida sobre sua lisura.

Alguns experientes parlamentares comentam que não haveria qualquer interesse nessa investigação, uma vez que muita gente boa está comprometida com as emendas exertadas no Orçamento de 1992. Suplicy não parece preocupado com isso, devendo reclamar, hoje, da tribuna do Senado, que o Congresso tome a iniciativa de realizar uma investigação isenta a fim de que tudo fique devidamente esclarecido.

Lembra ele que o próprio procurador-geral da República, Aristides Junqueira, declarou recentemente que cabe ao Congresso Nacional a responsabilidade de apurar a denúncia. Suplicy sustenta que o Poder Legislativo terá, ainda, de expurgar do texto do Orçamento as emendas que lhe foram ilegítimamente acrescentadas, depois de realizada a investigação isenta e severa.

O presidente do Senado, Mauro Benevides, que deu todo o apoio ao levantamento realizado por Suplicy, declarou, de público, não estar disposto a conceder prorrogação de prazos para a Comissão de Orçamento. Era por meio das prorrogações que o relator-geral recebia delegação da Comissão, quando não do próprio plenário, para realizar um trabalho cujos limites acabava extrapolando. Esse é um problema que ameaça claramente o ministro da Ação Social, Ricardo Fiuza.